

# Ulysses articula a queda do voto a partir de 16 anos

Foto de Otávio Magalhães

Numa reunião de cinco horas de duração, interrompida para uma almoço no alpendre da residência do Ministro da Previdência, Renato Archer, em Santa Teresa, o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, acertou com os Governadores Pedro Simom (RS) e Waldir Pires (BA), o Ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, e os ex-Ministros Dilson Funaro e Raphael de Almeida Magalhães, a estratégia com que o partido atuará, no segundo turno das votações, para suprimir dois pontos do texto constitucional: a extensão do voto aos jovens a partir de 16 anos e o dispositivo que permite a organização de novos partidos desde que a sigla obtenha a adesão de 30 Deputados federais.

Ulysses Guimarães, em entrevista, admitiu que a supressão do voto aos 16 anos certamente voltará à discussão no segundo escrutínio. Após lembrar que esta é uma inovação exclusiva do Brasil, disse que a regra geral, na maioria dos países, é conceder o direito de voto aos maiores de 18 anos. As versões de que esta opinião resultaria da constatação de que o voto dos jovens não interessaria ao PMDB, Ulysses não quis comentar. Disse somente que, em suas análises, considera apenas os interesses do País.

— Temos de verificar se isto interessa ou não ao Brasil. E só — acrescentou.

O dispositivo que permite a formação de novos partidos desde que a proposta consiga a adesão de, no mínimo, 30 Deputados federais também foi condenada pelo Presidente do PMDB. Não sem antes evocar as dificuldades que enfrentara para organizar o PMDB, Ulysses afirmou que um partido não pode nascer de cima para baixo, sem lastro na sociedade.

— Se nós tivemos um trabalho enorme, um esforço exagerado, percorrendo ruas, bairros e favelas, para organizar o PMDB, não seria correto apoiarmos mecanismos que permitam a organização de partidos apenas com expressão nacional. Os partidos têm de representar uma vontade municipal, regional e nacional — afirmou.

A combinação da tentativa de supressão deste dispositivo com a transferência da Convenção Nacional do PMDB para depois da



Na reunião, foi discutido o fim do artigo que permite a formação de partidos pela adesão de 30 Deputados federais

Constituinte visaria a evitar o acirramento das divergências internas no partido e dificultar o projeto dos dissidentes que desejam formar uma nova sigla para disputar as eleições municipais. Ulysses Guimarães não quis se manifestar com clareza sobre o adiamento da convenção antes de levar a questão à Comissão Executiva. Mas terminou por trair sua posição ao enumerar um série de obstáculos à realização da convenção em 5 de junho como está marcado.

— Eu conheço o processo de organização de uma convenção nacional. É complicado: tem que organizar a chapa proporcionalmente aos Estados, definir os membros da Executiva numa demorada negociação. É muito difícil — comentou.

Durante a reunião, foi debatida a necessidade de o PMDB elaborar um programa econômico, cujas diretrizes estejam em consonância com os postulados históricos do partido. Segundo Ulysses, este projeto vai atender a dois requisitos básicos: contribuir para consolidar a economia e resguardar a soberania nacional na negociação das dívidas externa e interna.

## Quércia critica cortes sem critérios

SÃO CAETANO DO SUL, SP — O Governador Orestes Quércia disse ontem, durante inauguração de um conjunto habitacional nesta cidade, que o Governo Federal "tem a responsabilidade de conter a inflação com urgência, eliminando o déficit público, mas sem cortar financiamentos de casas populares". Quércia, que condenou o fim do subsídio ao trigo, disse que o Presidente Sarney tem poderes para promover cortes em investimentos que "beneficiam apenas grandes grupos econômicos, preservando os projetos na área da habitação".

Apesar da inflação de 19,2 por cento em abril, o Governador acredita que "o País não caminha para a hiperinflação, embora corra sérios riscos". Ele acha que a queda da inflação passa pela redução do déficit público, mas enfatiza que essa redução "deve ser feita com critérios, preservando os investimentos em habitação, saúde e educação".

— Não concordo com o fim do subsídio ao trigo, pois estou certo de que o Governo tem poderes para realizar cortes em outros in-

vestimentos que beneficiam apenas grandes grupos — disse, sem especificar esses grupos.

Para Quércia, as recentes decisões da Constituinte não inviabilizam o País. Embora reconheça um conteúdo nacionalista nas propostas aprovadas, não vê maior impedimento ao investimento estrangeiro. Segundo ele, o Brasil é diferente de países como Singapura e Coréia do Sul, que teriam progredido abrindo suas portas ao capital estrangeiro:

— Nós temos muito mais estrutura que esses países, mas também não podemos ficar sem o investimento estrangeiro.

Ele disse que até o fim da próxima semana apresentará suas propostas para a privatização da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), a terceira maior do País. Quércia considerou "absurda e impensável" a proposta de prorrogação dos mandatos de Vereadores e Prefeitos, defendida por seu Secretário do Interior, Uebe Rezek, no encerramento do 32º Congresso Estadual de Municípios, na sexta-feira, em Serra Negra (SP).